

## REQUERIMENTO

**Assunto: Interrupções no Fornecimento de Água no Concelho de Angra do Heroísmo.**

O concelho de Angra do Heroísmo e algumas zonas do concelho da Praia da Vitória têm sido sujeitos a graves constrangimentos derivados de problemas no abastecimento de água desde Junho de 2008.

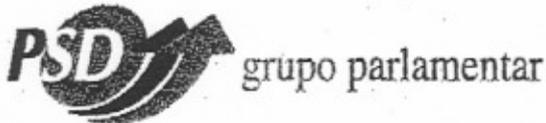
Viveu-se, e ainda se vive, em algumas zonas, uma situação problemática causadora de danos pessoais e empresariais.

Face ao descrédito das sucessivas explicações avançadas pela Câmara Municipal de Angra, nomeadamente, as avarias causadas pelas obras a decorrer na Via Rápida Vitorino Nemésio e a falta de chuva, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo encomendou um Estudo, no sentido de perceber as verdadeiras causas para a alteração do regime de caudais das nascentes do Cabrito e da Furna D'Água.

O Estudo apresenta supostas explicações, nomeadamente a falta de chuva; as obras na Via Vitorino Nemésio; recentes arroteias e actividades numa pedreira próxima do local.

Considerando que, por um lado, as interrupções verificadas nos meses de Junho e Julho poderão ser causadas pelas "obras na Via Vitorino Nemésio"; por outro lado, os dados existentes do Instituto de Meteorologia e do Prof. Eduardo Brito afastam a explicação "falta de chuva", pois o ano apresenta padrões de comportamento considerados normais; ficando-se, no final, com dúvidas relativamente à actividade da pedreira por não existirem dados relativos aos rebentamentos realizados naquela área e à quantidade de trufeiras que possam ter sido destruídas pela acção do homem.

Considerando que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, através dos seus Serviços Municipalizados, limitou-se a distribuir água à população enquanto existiu em



abundância, negligenciando a gestão e o planeamento, nesta área, ao longo dos últimos anos.

Considerando que, o anterior Governo, na voz da então Secretária do Ambiente, afirmou que: *"No caso concreto da Terceira a questão passará pela Gestão(...). Temos bastante água, precisamos é saber trata-la bem."*

Considerando, ainda, que no ano 2003 foi aprovado o Plano Regional da Água (PRA) que definia como objectivo principal: *"(...) concretizar, com eficácia e rigor, a gestão integrada dos recursos hídricos(...)"* exigindo-se, como salientam: *"(...)um esforço conjunto das administrações públicas regional e local(...)"*.

Na verdade, tal Plano deveria, tal como definido, permitir um trabalho conjunto, entre entidades públicas, no sentido de precaver situações desta natureza o que, pelos últimos acontecimentos, é demonstrado que não aconteceu.

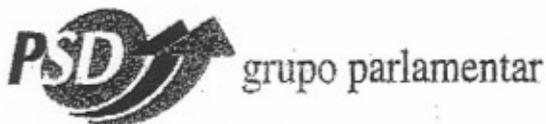
Por fim, considerando que, em Outubro de 2003, foi adjudicado a um consórcio técnico, por 170 mil euros, um estudo sobre a gestão e abastecimento da água na Região que, segundo o Secretário do Ambiente de então, tinha como objectivo dar *"orientações quer ao Governo quer às autarquias sobre a forma como deverão dirigir os seus investimentos"* para *"garantir qualidade e quantidade no fornecimento às populações"*, cujo prazo de elaboração era de seis meses.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores, os seguintes esclarecimentos:

1. Quais os comentários que merece à tutela toda esta situação, inaceitável em pleno século XXI, vivida em Angra do Heroísmo, com fatais danos para a população e empresas?



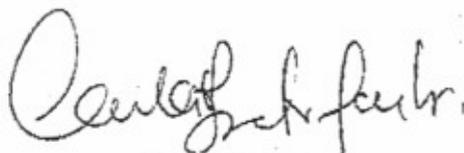
2. Tem a Secretaria Regional do Ambiente noção da sua responsabilidade pelo não cumprimento dos objectivos previstos no PRA, nomeadamente na não efectivação da monitorização dos recursos hídricos e pela falta de medidas quanto à protecção das origens da água? O que pensa fazer a Secretaria Regional a este nível?
3. Fez a Secretaria Regional algum contacto com o Município de Angra do Heroísmo no sentido de pôr em prática o PRA? Enviou alguma documentação que permitisse auxiliar na gestão e planeamento dos investimento a realizar na área dos recursos hídricos?
4. Tem a Secretaria Regional das Obras Públicas e Equipamentos a noção da sua quota parte de responsabilidade quanto aos danos causados pelas obras na Via Vitorino Nemésio, uma vez que a falta de planeamento e coordenação, com a Câmara Municipal de Angra, nomeadamente na identificação e tomada em conta no projecto das condutas que atravessam aquele local, levou a múltiplas rupturas nas que determinaram o desperdício de elevadas quantidades de água?
5. Que tipo de licença foi atribuída à pedreira em actividade na zona referenciada? Foram exigidos registos de rebentamentos? O que será feito no sentido de despistar as dúvidas existentes?
6. Quais as conclusões do Estudo adjudicado em 2003 e quais as medidas tomadas, na altura, em sequência das mesmas?



7. Solicita-se o envio de:

- a) Documentação que comprove contactos com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para implementação dos objectivos previsto no PRA ou envio de documentação auxiliar para a gestão dos recursos hídricos no concelho;
- b) Conclusões do Estudo adjudicado em Outubro de 2003;
- c) Licença de exploração da pedreira em causa e documentação conexas, nomeadamente das obrigações a cumprir.

Angra do Heroísmo, 2 de Dezembro de 2008



Carla Bretão  
Deputada Regional



Clélio Meneses  
Deputado Regional



António Ventura  
Deputado Regional

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 3698	Proc. Nº 94.03.03
Data: 08, 12, 04	Nº 7/IX